



A influência do acesso à educação na vida de famílias residentes em áreas rurais no Amazonas – assentamento Pacιά/Lábrea

The influence of access to education on the lives of families residing in rural areas in the Amazon – settlement Pacιά/Lábrea

ALMEIDA, Maiane Torres de ¹; NOGUEIRA, Ana Cláudia Fernandes²; UMBELINO, Gisele da Silva ³; MENDONÇA, Maria Aparecida da Costa ⁴, SILVA, Luciney dos Santos⁵

¹ Universidade Federal do Amazonas, maianetorres55@gmail.com; ² Universidade Federal do Amazonas, acfn@ufam.edu.br; ³ Universidade Federal do Amazonas, gisele.academico@gmail.com;

⁴ Secretaria Municipal de Educação, mendoncamaria1001@gmail.com ⁵ Universidade Federal do Amazonas, lucineysantos480@gmail.com

RESUMO EXPANDIDO TÉCNICO CIENTÍFICO

Eixo Temático: Educação em Agroecologia

Resumo: Esta pesquisa teve por objetivo investigar e analisar se o acesso à educação formal tem influência na condição de vida de famílias residentes em zonas rurais da Amazônia, em particular do assentamento Pacιά em Lábrea/AM, visando discutir se houve mudanças no núcleo familiar a partir do acesso à educação formal; buscando compreender se as atuais condições de vida de cada indivíduo que compõem o grupo familiar foi afetado diretamente ou indiretamente pelo tipo de acesso à educação que eles tiveram e quais tipos de educação formal foram ofertadas. De cunho qualitativo, a pesquisa teve uma abordagem teórica-empírica, coletando dados através de questionário fechado, entrevista semiestruturada, e observação livre. De acordo com a análise realizada foi possível identificar que a educação é um instrumento de ascensão social, principalmente para pessoas que tiveram acesso a escolarização mesmo não sendo aplicada política pública de qualidade para um desenvolvimento maior naquele assentamento.

Palavras-chave: escolaridade; assentamento; transformação social

Introdução

A família é uma instituição social tão antiga quanto os primeiros registros pré-históricos da humanidade, sendo composta por pessoas que têm o sangue em comum, ou que se unem em razão de afeto de uma pelas outras. O registro sobre a família se deu através dos registros paroquiais, e com passar do tempo também através de outras fontes. Segundo Scott (2014, p. 29) “os registros paroquiais continuam ocupando lugar privilegiado para ajudar os historiadores a desvendarem e compreenderem as teias tecidas pelas famílias no universo do Brasil”. Dados socioeconômicos (IBGE, 2010) podem ser utilizados para verificarmos que as famílias do interior da Amazônia sofrem com o abandono dos poderes públicos, sendo assim impedido o crescimento dessas famílias, contudo o acesso à educação é um dos principais fatores para o desenvolvimento de cada indivíduo que compõem um núcleo familiar, mas que depende de políticas públicas a serem desenvolvidas naquela região. As políticas públicas representam um conjunto de programas, ações e decisões que são tomadas pelos governos (nacionais, estaduais ou municipais) tendo a participação, direta ou indireta, de redes públicas ou privados:



“ações desenvolvidas pelo Estado com o envolvimento de compromissos e ações que possibilitem o desenvolvimento cultural e social de um povo. É um conjunto de ações sociais que dependem, não só do governo, mas de toda a sociedade e das instituições educacionais, com intenções à garantia dos direitos à cidadania de todos, principalmente dos que encontram-se no declive da pobreza” (BASTOS, 2017 p.2). Assim, as políticas públicas se desenvolvem em conjunto com outros órgãos com interesse no desenvolvimento social. A falta ou a má aplicação das políticas públicas podem resultar em uma desigualdade, pois “as desigualdades são resultado também das instituições e políticas públicas que as modelam, com diferentes dinâmicas e padrões nas regiões e países do mundo, envolvendo diferentes configurações de regras tributárias, legislação trabalhista e características do estado de bem-estar social” (CAVALCANTE, 2020, p.08). A educação formal, por exemplo, é constituída por um sistema de ensino e aprendizado que tem o objetivo socializar indivíduos e potencializar seu desenvolvimento transformando uma sociedade, por isso ela é pode ser considerada como um fato indispensável para o desenvolvimento da família, no entanto “A educação brasileira ficou sujeita aos interesses pessoais e políticos daqueles que detinham o poder. A população pouco esperava que sua educação fosse assegurada pelo poder público; muito menos que viesse a se constituir um direito. Apenas à elite era possibilitado o acesso ao ensino (FLACH, 2009, p. 505). Considerando que o acesso à educação muda vidas, e possibilita mudança nas condições de vidas das famílias rurais, nos propusemos nesta pesquisa compreender as definições de família, educação e políticas públicas, tendo como perguntas norteadoras: a educação está realmente promovendo mudanças/transformação social das famílias moradoras em assentamentos rurais no interior da Amazônia? O grau de escolaridade das famílias e o acesso à educação formal tem relação com as condições de vida dos seus indivíduos? Nesta ordem, objetivamos analisar a relação da escolaridade e do acesso à educação com as condições de vida das famílias rurais residentes no interior da Amazônia – Assentamento Pacιά/Lábrea/AM, buscando identificar as condições da rede pública de educação ofertada para as famílias residentes nas áreas rurais do município de Lábrea; levantar o nível da escolaridade do núcleo familiar de indivíduos residentes no Assentamento Pacιά/Lábrea/AM; e investigar se a educação influencia na atual condição de vida das famílias residentes no Assentamento Pacιά/Lábrea/AM.

Metodologia

Tendo os objetivos aqui descritos como instrumentos norteadores desta pesquisa, o foco deste trabalho foi a relação do acesso à educação formal como um instrumento de mudanças/transformação social na família residente no interior da Amazônia, em especial a população do Projeto de Assentamento - PA Pacιά em Lábrea, no Amazonas. Assim, optou-se por desenvolver uma pesquisa de natureza qualitativa, como apontam Denzin e Lincoln (2006, p.16) a: “Pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa e naturalista de seu objeto de estudo. Isso significa que pesquisadores qualitativos estudam coisas em seu cenário natural, buscando compreender e interpretar o fenômeno em termos de quais os significados que as pessoas atribuem a ele”. Neste contexto, esta pesquisa é de cunho exploratório e



descritivo, uma vez que “a pesquisa exploratória busca apenas levantar informações sobre um determinado objeto delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestações desse objeto” (SEVERINO, 2007, p. 123). O recorte temporal do trabalho foi do tipo transversal com perspectiva longitudinal, como ressalta Richardson (1999, p. 148) “em um estudo de corte transversal os dados são coletados em um ponto no tempo, com base em uma amostra selecionada para descrever uma população nesse determinado momento”. Já o recorte longitudinal incide na coleta de dados de uma mesma amostra através do tempo, segundo Richardson (1999). Na coleta dos dados utilizamos questionário fechado, entrevista semiestruturada, e a observação livre onde foram aplicados 30 questionários realizados com 17 homens e 13 mulheres, entre a faixa etária de 20 a 88 anos de idade. A aplicação da entrevista semiestruturada buscou compreender quais pessoas compunham o núcleo familiar do entrevistado; se os entrevistados tiveram acesso à educação formal; quanto tempo frequentaram a escola; que tipo de escola frequentaram; localização da escola e outras questões relacionadas à família. Também foi levando dados sobre as condições de vida daquelas pessoas no que concerne como a estrutura da casa, situação de renda, etc, por meio do questionário fechado. Apesar das dificuldades enfrentadas para a realização desta pesquisa, como afirma Nogueira (2018), “A escolha de assentamentos localizados nesta região da Amazônia como campo desta pesquisa se justifica em decorrência da complexidade geográfica, política, histórica e social de sua constituição. Apesar de ser estabelecido enquanto unidade federativa, o Amazonas possui dimensões e condições geográficas de um país e uma expressiva diversidade cultural, social e ambiental” (p.25). Para o embasamento desta pesquisa, foram utilizados autores que auxiliaram no decorrer da pesquisa, trazendo os conceitos de família, escolaridade e políticas públicas, conceitos de assentamentos, reforma agrária; com aspectos importantes para a construção desse saber.

Resultados e Discussão

Por meio de dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação de Lábrea levantamos que na zona rural do município estão em funcionamento cerca de 71 escolas, onde todas são de madeira com a cobertura de zinco; há uma em média de 150 professores atuando na zona rural; onde 50% deles têm ensino superior completo; com aproximadamente 2.073 alunos matriculados. Nestas escolas são ofertadas as modalidades de ensino fundamental I, Fundamental II e o EJA. Também na área rural do município de Lábrea encontra-se as escolas indígenas, atualmente são 50 escolas indígenas. Para a Secretaria de Educação do Município nos últimos anos houve um grande avanço na construção das escolas indígenas, foram cerca de 27 escolas construídas de madeira serrada com cobertura de alumínio, mas também ainda se encontram escolas feitas de madeira roliça com cobertura de palha. Atualmente são 112 professores atuando nas escolas indígenas, com 1.117 alunos matriculados. As modalidades de ensino ofertadas para as escolas indígenas são o fundamental I, fundamental II, EJA e a pré-escola quando é solicitado pela comunidade. No assentamento Pacιά durante a realização desta pesquisa havia apenas uma escola em funcionamento, com estrutura de madeira,



com cobertura de zinco, com três professores para e 61 alunos matriculados. As informações disponíveis deram conta que o programa de alimentação da escola é fornecido de acordo com o calendário da SEMED, e de acordo com o secretário de educação do município o transporte escolar é oferecido para todos os alunos que se localizam distante da escola, porém no assentamento não tem transporte escolar, o que pode ser comprovado durante as atividades de campo. De acordo com os dados coletados, 50% dos entrevistados possuem apenas o ensino fundamental incompleto, e 40% deles não sabe ler ou escrever; a pequena porcentagem das condições de escolaridade se encontra com as pessoas que têm o ensino médio incompleto (3,3%), o restante das porcentagens é daquelas pessoas que chegaram a completar o ensino médio (6,7%). Este número pode estar relacionado com aprendizado dessas pessoas independentemente de ter concluído o ensino, pois, eles sabem apenas o básico que é ler e escrever (64,7%), algumas delas levaram além do tempo que é definido pelo sistema de educação para concluir seu ensino. Entendendo que a escola pode preparar os assentados para que eles possam ampliar sua visão de mundo, “Essa preparação implica em capacitar as crianças para transformar a realidade, construir o novo, a partir de aprender a enfrentar problemas concretos que existem no assentamento (ou no acampamento), mas cultivando uma perspectiva social mais ampla (DOSSIÊ MST ESCOLA, 2005, p. 7-8). A realidade verificada no assentamento Pacia difere da letra da Lei, compreendendo que para conseguirmos uma educação e um aprendizado de qualidade é preciso ter as condições necessárias para atender a todos, já que a educação é um direito de todos e dever do Estado, o que permitiria a participação desses sujeitos na elaboração das políticas educacionais, assim diz art. 205 da Constituição Federal. Em algumas das falas os entrevistados deixaram em evidência o quanto a má estruturação da escola rural contribui para a estagnação do ensino e aprendizado desses assentados. Verificou-se que os pais que têm algum tipo condição mandam os filhos estudarem na cidade por perceberem que o modelo educacional oferecido na cidade trará uma maior oportunidade de mudar de vida, assim. Outro fator que ajuda para a interrupção do processo escolar das crianças assentadas é o trabalho, principalmente ajudando seus pais na agricultura, que é umas das suas principais fontes de renda, mesmo sabendo eles que a educação é um dos instrumentos de melhoria de vida. Cerca de 10% dos entrevistados não tiveram acesso à escola, como eles mesmos dizem “tudo antes era mais difícil”, principalmente o acesso à educação. Mas analisando o todo, os cerca de 90% que tiveram acesso à escola, seja ela na zona rural ou urbana, não passaram do ensino fundamental, assim a escola acaba não sendo um espaço de aprendizado para sua transformação social, não se tornando “um espaço, onde o aluno recebe formação e informação, desenvolvendo suas capacidades de modo a favorecer a compreensão e intervenção nos fenômenos culturais e sociais” (RIBEIRO, 2014, p. 13). Analisando a média de escolaridade dos membros em idade escolar do núcleo familiar foi identificado que mesmo eles tendo mais acesso à escola do que seus pais e avós, ainda assim não houve uma mudança tão significativa, que era para ser, em que 40% deles ainda tem somente o ensino fundamental incompleto, e já 36,7% ainda não sabem ler e escrever, além do que quase a metade dos membros em idade escolar não sabem ler e escrever. Com uma média de 11 anos residindo



no assentamento identificamos que as condições de moradias vivenciadas por eles recebem sim, uma parcela da influência das condições da educação que o indivíduo tem. Se analisarmos as condições dessas pessoas que vivem em um assentamento, elas não possuem as condições necessárias para uma moradia digna. No assentamento Pacιά 96,7% dos entrevistados têm sua casa totalmente de madeira, casas muito simples, algumas com no máximo 3 cômodos que é um quarto, sala e cozinha. 63,3% das famílias não possuem nem um tipo de sistema de priva ou fossa, e 43,3% não possuem banheiro para seu banho diário. Outro dado preocupante é o fornecimento de água potável, pois mais da metade do núcleo família, 53,3%, não possuem água encanada, seus meios de acesso a água, primeiramente, são através de poço artesiano e semiartesiano, mas cerca de 33,33% consomem água de cacimba (uma abertura no solo até atingir um lençol de água subterrâneo, para recolher a água presente no solo), e 3,3% acessam água por meio dos igarapés presente no assentamento. O cruzamento dos dados aponta que as mesmas famílias que não usufruem de estrutura adequada de moradia são as mesmas que não terminaram seus estudos ou nem chegaram a estudar. Quanto ao acesso de bens e serviços verificamos que não é toda família que tem uma geladeira, fogão, máquina de lavar, freezer e entre outros, ou seja, ou se tem uma coisa. Todos do núcleo familiar possuem alguma fonte de renda, seja ela a agricultura, auxílios do governo, diárias, mas 76% deles recebem auxílio governamental principalmente através do Bolsa Família, também aposentadoria. Ainda assim, encontramos famílias que o ingresso na escola significava uma renda a menos, ou seja, na composição familiar menos uma mão de obra, para ajudar na renda familiar. O acesso ao ensino, portanto, estaria sim entrelaçado na superação das más condições de vida do indivíduo, e nesse sentido acredita-se que “[...] a pobreza mais cruel, a mais extrema, é a que rouba também a possibilidade de pensar diferente. A que deixa você sem horizontes, nem ao menos desejos: condenado ao mesmo inevitável” (CAPARRÓS, 2016, p. 12). Assim, analisando tudo o que foi discutido nesta pesquisa, percebeu-se que a educação é uma grande influenciadora para nossa condição de vida.

Conclusões

Fazendo um cruzamento dos dados obtidos foi possível fazer a relação com as condições de moradia - serviços como esgoto, água potável, energia elétrica - com o grau de escolaridade dos sujeitos desta pesquisa, pois, foi verificável que a maioria das pessoas que tinham condições de vida melhores foram as que tiveram acesso à educação. Muitos dos entrevistados não tiveram acesso a escolarização e quando se mudaram para o assentamento as casas fornecidas eram os modelos padrões de madeiras com uma sala, um quarto e uma cozinha, o que se mantém mais de quinze anos depois.

Agradecimentos

Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas-FAPEAM por financiar esta pesquisa e a Universidade Federal do Amazonas-UFAM.



Referências bibliográficas

BASTOS, Manoel de Jesus. **Políticas Públicas na Educação Brasileira**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. ed. 05. ano 02, vol. 01. Julho de 2017.

BRASIL. **Censo IBGE, 2010**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/panorama>.

CAVALCANTE, Pedro. **A questão da desigualdade no Brasil**: como estamos, como a população pensa e o que precisamos fazer. Brasília: Ipea, 2020.

DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DOSSIÊ MST ESCOLA. **Documentos e estudos 1990-2001**. Caderno de Educação. 13. ed. Veranópolis-RS: Iterra, 2005.

FLACH, Simone de Fátima. **O direito à educação e sua relação com a ampliação da escolaridade obrigatória no Brasil**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., v. 17, n. 64, Rio de Janeiro: p. 495-520, jul./set. 2009.

NOGUEIRA, Ana Cláudia Fernandes. **A subalternidade dos sujeitos rurais no Brasil: condição colonial dos assentamentos rurais no interior da Amazônia**. Tese. UFRGS. Porto Alegre, 2018.

RIBEIRO, Géssica Ramos Lucas. **A educação no campo e a valorização do meio rural como espaço de aprendizagem**. Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral. IBAITI, 2014.

RICHARDSON, Roberto Jarry. Et al. **Pesquisa Social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SCOTT, Ana Silva Volpi et al. **História da família no Brasil Meridional**: temas e perspectiva. v. 2. São Leopoldo: Unisinos, 2014.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.